

Flávia Mendes Ferreira

Camila Dalvi Venturim

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

grupo de trabalho

Currículo e políticas educacionais: O ensino de sociologia frente à BNCC

Neoconservadorismo, gênero e sociologia na Base Nacional Comum Curricular

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, não apenas no Brasil houve um crescimento significativo do que tem sido chamado de neoconservadorismo. Uma agenda conservadora, reacionária e autoritária tem sido apresentada e em diversos países, políticos com esses discursos foram eleitos. Um dos temas mais atacados pelo neoconservadorismo diz respeito às questões de gênero e sexualidade e um exemplo disso é o fato do Brasil ter retirado os termos “gênero” e “orientação sexual” do Plano Nacional de Educação em 2014.

Em 2017 a Base Nacional Comum Curricular - BNCC- foi aprovada e nossa proposta neste trabalho é compreender como ocorreu o debate sobre gênero e sexualidade durante o processo de elaboração da BNCC; quais atores tiveram suas vozes silenciadas ou não durante este processo de elaboração e aprovação da documento; investigar qual impacto da BNCC para o debate sobre gênero e sexualidade na escola, sobretudo para a disciplina de sociologia; analisar se o documento aprovado permite que as questões de gênero e sexualidade sejam trabalhadas em sala de aula e façam parte do currículo escolar. Nos interessa nesse artigo pensar as questões de gênero que foram fundamentais para a manutenção das violências sofridas pelas mulheres e a dificuldade de levar as questões de gênero e sexualidade para o espaço escolar, *locus* de nossa análise. A pesquisa é desenvolvida a partir de uma base teórico-metodológica das ciências sociais e da área de educação que compreende que abordar questões de gênero e sexualidade na escola é parte da consolidação de uma escola mais plural, inclusiva e democrática. Analisamos a Base Nacional Comum Curricular como foi aprovada a partir de um viés metodológico que pensa uma educação para a liberdade (FREIRE, 1986).

Vínhamos num crescente avanço em termos de conquistas de direitos (Via Lei Maria da Penha, PEC das Domésticas, Curso Gênero e Diversidade na Escola, Lei do Feminicídio, etc) e de oferta de formação para professores acerca da temática de gênero, mas dado o avanço do conservadorismo no Brasil, o que se percebe é que a retirada do debate sobre gênero do Plano Nacional de Educação não é ingênua. Sua retirada também da BNCC tem uma precisão cirúrgica ao privilegiar determinados conhecimentos em detrimento de uma ausência planejada de outros. Essa indisposição em reconhecer a riqueza inesgotável de alguns conhecimentos produz um epistemicídio (SANTOS, 2007) ao compactuar com uma “monocultura dos saberes” que não

privilegia a diversidade. Tal prática empobrece a formação integral de seres humanos que cabe à escola. A diversidade perde mais uma vez.

“O ESTADO OPRESSO É UM MACHO ESTUPRADOR¹”: FORMAÇÃO PATRIARCAL DO BRASIL

O Brasil é um país que tem a violência e o autoritarismo como uma das principais características de sua formação. Características que não foram superadas após a independência, abolição da escravatura e proclamação da república, muito pelo contrário, essas marcas de séculos da escravidão, de uma formação política e social patriarcal e as inúmeras violências legitimadas e aceitas, fazem eco em quem somos ainda nos dias atuais.

Pensamos ser importante um breve recuo ao passado para lançarmos luz ao presente na tentativa de melhor compreender o que acontece nos dias atuais já que temos um presente cheio de passado como Lilia Schwarcz explica em seu livro “Sobre o autoritarismo no Brasil” (2019). Corroboramos o argumento da historiadora que afirma que é importante lembrar o passado para não esquecer de projetar o futuro.

A formação escravocrata e patriarcal do Brasil fez o país naturalizar a desigualdade e termos como marcadores sociais: raça, gênero, sexo, geração e local de origem (SCHWARCZ, 2019, p. 175). Schwarcz (2019) em suas reflexões sobre o autoritarismo no Brasil chama atenção para a carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento que se tem registro no Brasil e que descrevia as mulheres encontradas na terra recém conquistada fazendo questão de mencionar a nudez. “Era a beleza e a falta de roupa dos indígenas, e sobretudo das nativas, que logo atraíam os primeiros colonizadores” (SCHWARCZ, 2019, p. 188). Essa maneira de ver e operar as/nas terras brasileiras pode ser definida como patriarcalismo e, se repete na sociedade colonial. “A violência do sistema como um todo encontrava um locus especial na sexualidade exercida pelos senhores na intimidade da alcova escravista” (SCHWARCZ, 2019, p. 190). O patriarcalismo é uma forma de construção de poder baseada no patriarcado. É uma das estruturas do sistema colonial brasileiro em que o poder está concentrado exclusivamente nas mãos do senhor de engenho (homem branco) que tem poder sobre todos e todas, inclusive, poder sobre a vida e a morte da própria esposa. Esse

¹ Verso de uma música criada pelo coletivo feminista chileno Las Tesis, que foi traduzido para diversas línguas e teve sua coreografia encenada em diversas parte do mundo.

patriarcalismo tornou ideal um único tipo de família: a família do senhor de engenho; estendia esse poder para a via pública e usava o patriarcado para tornar esse homem o centro do sistema. Faz parte da nossa formação a misoginia e assim, o feminicídio, a homofobia, e as inúmeras violências de gênero que tornaram-se ao longo de séculos da formação social e política brasileira, comuns. "O hábito de agredir mulheres é comum em sociedades que não enfrentam valores paternalistas, machistas, heteronormativos predominantes e intocáveis no decorrer da sua história" (SCHWARCZ, 2019, p. 185).

Nossa colonização foi realizada por homens, a população escravizada masculina sempre foi maior, em torno de 70% homens e 30% mulheres (SCHWARCZ, 2019, p. 190). Os corpos dos escravos podiam ser comprados, leiloados, escravizados e penhorados. Os corpos femininos de indígenas e negras, mais escassos nesse momento no país, entraram nessa lógica não apenas como mão-de-obra para a agricultura, para os trabalhos domésticos da casa grande, dos trabalhos nas cidades, mas também "serviam a seus proprietários como instrumento de prazer e gozo" (SCHWARCZ, 2019, p. 190).

A nossa formação social patriarcal desde a colonização deu aos homens, senhores de terra, coronéis, não apenas poderes políticos e um modelo autoritário de fazer política, mas também o privilégio masculino, a banalização da violência contra a mulher e sua objetificação sexual. (SCHWARCZ, 2019, p. 186).

Toda sociedade determina os papéis e lugares sociais para homens e mulheres. Por aqui, a herança patriarcal permaneceu inalterada por muitos séculos e, embora avanços tenham acontecido ao longo do século XX e das duas primeiras décadas do século XXI, no que diz respeito aos direitos das mulheres, a partir das ondas feministas pelos direitos civis, a supervalorização masculina persiste. Essa supervalorização aparece na distribuição desigual do poder, mas é ainda mais presente em números de violências que assolam nosso país. No Brasil, as desigualdades de gênero produzem misoginia e LGBTQIA+fobia² e diminuem as possibilidades de vida daqueles que fogem a esse caráter cisheteronormativo branco. Segundo o Atlas da violência 2020, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres. Quando analisamos o período entre 2008 e 2018, sendo que em alguns estados, a taxa de homicídio para esse mesmo período mais que dobrou, como por exemplo o Ceará, cujos homicídios de mulheres aumentaram 278,6%; Roraima, crescimento de 186,8%; e Acre com 126,6%

² Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual. O símbolo + representa outros grupos e variações de sexualidade e gênero.

de aumento. “Em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas” (IPEA, 2020, p. 37). Esses números são ainda piores quando comparamos mulheres brancas com mulheres não brancas. “Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%” (IPEA, 2020, p. 37), sendo que 68% das mulheres assassinadas no Brasil em 2018 eram negras. Marielle Franco, mulher, negra, LGBT e periférica é a personificação desses dados. Sua morte no ano de 2018 representa a vulnerabilidade a que uma parte da população brasileira está exposta. Mesmo sendo ela parlamentar na Câmara de vereadores do município do Rio de Janeiro, o cargo político que ocupava não foi suficiente para protegê-la, tamanho risco que é ser mulher, negra, de origem periférica e ocupar espaços que até os dias atuais são ocupados majoritariamente por homens. Por exemplo, a atual composição da câmara de deputados federais que tem um total de 513 parlamentares, 436 são homens e apenas 77 são mulheres, sendo o total de mulheres na sociedade brasileira 51,5% (BRASIL, 2019) do total da população brasileira segundo dados do IBGE.³

Além da disparidade entre homens e mulheres em cargos de poder, os índices de violência mostram que o Brasil continua sendo um país violento para as mulheres e reproduzindo o patriarcalismo característico da nossa história. Sendo esta uma forma de construção e exercício do poder baseado no patriarcado, ainda hoje essa lógica patriarcal se apresenta sob forma de autoridade moral e controle de propriedades, ou ainda privilégios sociais que perpassam desde o mercado de trabalho, até direitos civis básicos como “ir e vir”. No período de 2013 a 2018, houve um aumento de 25% nos homicídios de mulheres por arma de fogo dentro das residências (IPEA, 2020). Soma-se a isso, o fato de que

novos governos autoritários têm se apresentado no Brasil a partir da nostalgia do retorno aos "bons tempos", aqueles dos valores da "família tradicional e patriarcal", mas, no fundo, apregoam apenas uma recente distopia: aquela que em vez dos afetos distribui ódios segregativos. Essa não é, porém, uma batalha a ser levada exclusivamente pelas mulheres. (SCHWARCZ, 2019, p. 197)

Esse ódio segregativo se estende também à população LGBTQIA+, entretanto, é difícil mensurar em dados a proporção desse ódio porque há ainda uma escassez de

³ Instituto brasileiro de Geografia e Estatística.

indicadores de violência contra essa parcela da população. Nosso censo não contempla questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual, assim como muitos registros de boletins de ocorrência não mencionam essas informações. Os dados sobre essa violência acabam surgindo em paralelo às fontes oficiais como, por exemplo, através do Grupo Gay da Bahia (GGB) ou da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). O Disque 100 é um canal de denúncia à violação de Direitos Humanos de modo geral e apresentou o recorde de denúncias de violências específicas contra a população LGBTQIA+ em 2012. É importante salientar que o número de denúncias quase nunca confere com o número de violências porque, ainda hoje, o silenciamento é elevado. A ausência de dados oficiais também compromete o desenvolvimento de políticas públicas acerca da temática.

Essa realidade social de crescimento da violência contra determinados grupos, ou então da não diminuição significativa dessas violências, relaciona-se a um cenário de avanço do conservadorismo no Brasil que apesar de sempre ter estado presente, volta a ganhar visibilidade e adeptos sobretudo a partir de 2012. É possível afirmar que embora o patriarcado, as inúmeras violências características da formação social e política brasileira se mantenham, os movimentos feministas e LGBTQIA+ tiveram algumas vitórias e conseguiram se inserir na sociedade civil a partir do fortalecimento dos movimentos sociais e também no Estado, com políticas públicas que foram desenvolvidas ao longo das últimas décadas.. Alguns avanços progressistas podem ser apontados como transformações que garantiram mais direitos e representatividade e incomodaram os grupos neoconservadores que fazem parte do que tem sido chamado de novas direitas, como por exemplo, a comissão nacional da verdade (2011), o direito a união homoafetiva (2011), descriminalização de fetos anencéfalos (2012), marcha das vadias (2011/2012), cotas raciais nas universidades (2012), PEC⁴ das domésticas (2013), lei da palmada (2014). Esses avanços institucionais somados a visibilidade que por exemplo, mulheres negras, LGBTQIA+, os discursos feministas e uma série de pautas de uma agenda progressista adquiriram na mídia, nas redes sociais e tiveram seus discursos inseridos no debate político, ajudaram a impulsionar a reação dos grupos conservadores, não apenas, mas principalmente religiosos, sobretudo neopentecostais e católicos conservadores que passaram cada vez mais a fazer oposição ao Partido dos Trabalhadores que era o então governo da época. Os avanços citados acima foram

4 Proposta de Emenda Constitucional.

classificados como politicamente corretos e acusados de tentar mudar a ordem "natural das coisas", uma ideia de que certa concepção de ordem sexual e familiar estaria ameaçada.

O que chamamos aqui de neoconservadorismo, é um termo que mais recentemente tem sido utilizado por pesquisadores para classificar os movimentos e posicionamentos políticos que unem o conservadorismo cristão, o individualismo liberal, o antipluralismo e o neoliberalismo (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 25). Vale ressaltar que o termo não é recente, surgiu nos Estados Unidos para tentar compreender os intelectuais conservadores da década de 1970 que faziam oposição aos movimentos de contracultura. O termo ajuda a pensar o fenômeno político atual que ocorre não apenas no Brasil de 2021 governado por Jair Messias Bolsonaro, mas também em outros países, e que se apresenta com propostas políticas para regulação da moralidade sexual, baseada na defesa da família - leia-se aqui família heterossexual. Fazem parte também das ideias neoconservadoras, o militarismo interno (punitivismo), o militarismo externo (combate ao comunismo), o apoio a Israel e neoliberalismo (LACERDA, 2019, p. 18).

No Brasil, podemos sinalizar que após alguns avanços como os citados acima, as disputas ideológicas se acirraram e a uma maior organização dos grupos conservadores que sempre existiram no país, mas que nesse contexto mais recente, uniram-se a outras vozes e, por isso, têm sido classificados de neoconservadorismo, já que apresentam características distintas do conservadorismo tradicional. O descontentamento com o então governo apareceu nas manifestações de Junho de 2013 que tomaram as ruas de todo o país naquele ano, e endossou um movimento que somou essa insatisfação à defesa do que se entende como valores de uma certa moral sexual, valores cristãos, defesa da família e da ordem. O movimento daquele ano teve início com a reivindicação pelo passe livre e começou em São Paulo tendo como pauta central a reclamação sobre o aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus, ganhou apoio e novas pautas foram inseridas, ganhando as ruas de todo o país, no que ficou conhecido como Jornadas de Junho. Vale ressaltar que esse movimento não tinha um caráter liberal e nem mesmo conservador, pautas como mais saúde, educação e ampliação de direitos sociais estampavam faixas e cartazes. Podemos afirmar que as pautas apresentadas naquele momento eram democráticas e como vivíamos naquele ano uma situação de crescimento da economia, com boas projeções futuras, reconhecimento internacional

das políticas que vinham sendo desenvolvidas aqui, assim como políticas públicas que pelo menos há uma década vinham sendo implementadas e ajudavam a reduzir a pobreza, o que os manifestantes queriam era mais; mais políticas públicas, mais presença do Estado porque embora a situação da época fosse bem mais otimista que a que vivemos nos dias atuais, não deixou de ter contradições e lacunas na democracia brasileira (PINHEIRO-MACHADO, 2019) e as elites e classe média que se viam perdendo privilégios de séculos, sentiram-se minimamente ameaçados e foi nesse momento que começaram a expor, dar voz ao que sentiam. As ruas cheias foram a oportunidade que viram para se apropriarem das reivindicações, que naquele momento não pediam nada do que a extrema direita hoje no poder apresenta como plano de governo.

A “CRUZADA ANTIGÊNERO” E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO

Após as Jornadas de Junho, inúmeros grupos e movimentos reacionários e da extrema direita ganharam visibilidade e foi a partir do crescimento de ideias conservadoras que o Movimento Escola sem Partido - MESP- se configurou e ganhou alguma força. O MESP foi criado pelo procurador de São Paulo, Miguel Nagib em 2004 a partir de uma experiência pessoal em que o professor de sua filha teria comparado São Francisco de Assis com Che Guevara ao falar de pessoas que transformaram suas vidas por um sonho. Este episódio levou Nagib a criar um programa e um site a fim de alertar outros pais para o que ele passou a chamar de doutrinação. Enquanto movimento, o Escola sem Partido ganhou destaque em 2010 quando passou a ser defendido por grupos da direita brasileira. O movimento se define como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>). O que se entende como “contaminação político ideológica das escolas brasileiras” é a suposição de que professores estariam alienando as crianças e adolescentes através de uma “doutrinação marxista” até à “Ideologia de gênero” que seria a suposição de que as escolas doutrina-

e influenciam as crianças e adolescentes quando na “escolha da sua sexualidade”, como se a sexualidade fosse uma questão de escolha.

A projeção do MESP aconteceu quando os filhos do atual presidente da República, o então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, solicitou que Miguel Nagib transformasse o programa em projeto político para que fosse apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e seu irmão, o então vereador, Carlos Bolsonaro, apresentasse na Câmara de vereadores do município do Rio. Na Alerj foi apresentado o Projeto de Lei nº 2974/2014 e na câmara de vereadores o Projeto de Lei nº 867/2014. A partir de então inúmeros projetos foram apresentados em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas de todo o país, e também no Congresso Nacional.

Foi a projeção do MESP que ajudou a popularizar o que ficou conhecido como Kit Gay e a afirmar que existiria uma suposta ideologia de gênero sendo ensinada nas escolas. Kit Gay foi o nome pejorativo atribuído ao projeto Escola sem homofobia que estava dentro do programa Brasil sem Homofobia criado pelo então governo em 2004. Tratava-se de um material formativo destinado a professores que teriam a chance de aprender conceitos e ferramentas para lidar com a diversidade sexual e de gênero na escola. O teor de ameaça foi tamanho que a então presidente da República, Dilma Roussef, vetou a distribuição desse material. Nesse sentido, o Kit Brasil sem homofobia não chegou a ser distribuído nas escolas. Ainda assim, professores, sobretudo das ciências humanas, continuavam e continuam a ser criminalizados e os conteúdos a serem ensinados na escola continuam a ser questionados.

Apesar das fakes news sobre Ideologia de gênero terem se espalhado em 2014, Junqueira (2018) nos alerta que a cruzada antigênero não é um fenômeno do século XXI. Ela se inicia na própria Igreja Católica nos anos 90 e trata-se de uma invenção vaticana, ultraconservadora e antidemocrática que assume uma postura contrária aos direitos sexuais e até mesmo aos direitos humanos através de “(...) uma retórica dotada de gramática, semântica e elementos lexicais próprios, ideologicamente bem estruturada, e que compõe a base de um discurso antigênero (HUSSON, 2013b, *apud* JUNQUEIRA, 2018, p. 487).

Essas discussões são apropriadas por parte da sociedade civil que se diz “defensora da família” e que entende como “família” aquele modelo patriarcal já aqui apresentado. Nesse sentido, qualquer debate que fuja a esse padrão cisheteronormativo é

entendido como uma tentativa de destruir famílias ou de impor o que denominaram como “ideologia de gênero”. A “ideologia de gênero” ou “teoria de gênero” na prática não tem nada de teoria, não se respalda em critérios científicos. Muito pelo contrário,

é uma invenção que aflora enquanto componente de uma (re)configuração retórica mais ampla, expressão de um sistema de crenças e de um sistema de representação de matriz católica conservadora e tradicionalista, que, em diferentes graus e circunstâncias, pode ser acionado e vir a orientar, abalizar ou simplesmente compor, entre paráfrases e reformulações, enunciados produzidos ou reelaborados em diversos campos sociais. (JUNQUEIRA, 2018, p. 487).

Há uma negação da própria ciência na medida em que os “defensores da família” entendem como ciência apenas aquilo que respalde o seu discurso. Ainda, para estes, a escola deve operar em defesa dessa família e qualquer discurso que fuja a cisheteronormatividade é entendida como doutrinação mesmo que esse discurso esteja respaldado pela ótica dos Direitos Humanos, do respeito e da equidade.

Somado a esse avanço do conservadorismo, o Brasil teve em 2014 a aprovação do Plano Nacional da Educação. Algo que gerou bastante discussão e uma mudança foi a supressão intencional dos termos “gênero” e “orientação sexual” do seu texto. Vianna e Bortolini (2020) fizeram um trabalho mapeando as consequências dessa questão na formulação dos planos estaduais de educação e o resultado foi que apenas sete estados brasileiros explicitaram as questões de gênero e sexualidade no reconhecimento e promoção de direitos em seus planos estaduais de educação. Não reconhecer a especificidade dessa desigualdade, incluindo-a em definições generalizantes, ou ainda vetando ou omitindo o termo gênero de seu documento, como foi o caso dos estados do Ceará e Goiás, Pernambuco e São Paulo, respectivamente, é um retrocesso sem tamanho.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do ensino médio que está em vigor foi aprovada em 2017 e se apresenta como um documento de caráter normativo, que orientado por princípios éticos, políticos e estéticos visa a formação humana integral e a construção de uma sociedade mais justa, em conformidade com o propósito do Plano Nacional de Educação - PNE - aprovado em 2014. A aprovação da BNCC do Ensino Médio é resultado de uma série de discussões que se intensificaram em 2015 e surge como uma estratégia para cumprimento de uma das metas do PNE 2014. Essas

discussões se organizaram em nível de regiões do Brasil com algumas consultas públicas e reuniões em algumas cidades dessas regiões, mobilizou várias instituições educacionais do país que questionavam partes do texto proposto e apresentavam argumentos contrários.

O documento aprovado afirma:

a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2017, p. 8)

Ou seja, o documento fala em alinhar em âmbito federal, estadual e municipal. Essa uniformização nos parece complexa diante das múltiplas realidades educacionais do Brasil. Nesse sentido, o ofício da ANPED⁵ e ABdC⁶ enviada à comissão da BNCC no Conselho Nacional de Educação em 2015, por exemplo, argumentava que “(...) existem experiências curriculares em curso cuja historicidade e saberes acumulados devem ser considerados para qualquer construção nacional, não como exemplo, mas como premissa” (ANPED e ABdC, 2015, p. 3). A centralização nas decisões é algo questionável. Vivemos em um país com dimensão continental e centralizar a discussão em grandes centros/capitais não permite dar conta da diversidade que esse país abrange. Há múltiplas realidades e experiências em cada escola, em cada comunidade escolar. É importante que se estabeleça uma base comum a todo país, mas é fundamental que se permita a flexibilização a fim de que as variedades locais sejam reconhecidas como possibilidades de se construir o saber. Não foi isso que se percebeu ao longo das discussões que envolvem a BNCC e várias instituições chamaram atenção disso, como por exemplo a ANPED e ABdC que disseram:

Apesar das constantes críticas dos especialistas da área, constatamos que, ao longo destes últimos dois (2) anos, progressivamente, o MEC foi silenciando sobre os debates, avanços e políticas no sentido de democratização e valorização da diversidade, cedendo voz ao projeto unificador e mercadológico na direção que apontam as tendências internacionais de uniformização/centralização curricular + testagem larga escala + responsabilização de professores e gestores traduzido na BNCC e suas complementares e hierarquizantes avaliações padronizadas externas. (ANPED e ABdC, 2015.

5 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

6 Associação Brasileira de Currículo.

https://anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CN_E_BNCC.pdf p. 1)

Entendemos que a educação não deve ser engessada, ao contrário, deve-se respeitar e valorizar o conhecimento produzido fora da escola e acolher as diversidades também, por isso a importância de uma flexibilização do currículo. Entretanto, o que temos é um documento que se apresenta como uma espécie de manual de conteúdos a serem ensinados, que privilegia certos conhecimentos, e, mais ainda, que padroniza inclusive as habilidades socioemocionais.

O processo que privilegia determinados conhecimentos em detrimento de uma ausência planejada de outros é entendido por Boaventura de Souza Santos (2007) como “Razão indolente”. Essa indolência que ele destaca ser bastante presente no mundo ocidental tem a ver com uma “preguiça”, uma indisposição em reconhecer a riqueza inesgotável de outros conhecimentos e com isso, acaba por produzir um epistemicídio. Se formos pensar em termos de currículo, a própria distribuição da carga horária opera numa lógica racional indolente. Ela compactua com uma “monocultura dos saberes” que não privilegia a diversidade, ao contrário, hierarquiza as próprias ciências considerando tais saberes mais legítimos (e, portanto, mais importantes) que outros. A BNCC e a escola deveriam se organizar no intuito de promover uma ecologia de saberes e não essa monocultura (SANTOS, 2007).

Acreditamos que esse epistemicídio, bem como padronização de habilidades socioemocionais compõem um projeto político, um projeto de governo que alinhado a este, defende valores liberais e conservadores. Todo esse projeto vem ganhando força e colhendo alguns resultados. Estes resultados crescem em medida proporcional ao desmonte da democracia. A interferência a que a educação está sendo submetida é parte desse projeto neoliberal ao qual Freitas classifica como “Reforma empresarial da educação” (FREITAS, 2018). O que devemos questionar é que tipo de sujeito homogeneizado se pretende construir? A quem esse sujeito serve?

A BNCC define como finalidade do Ensino Médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, levando em consideração a formação ética bem como o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Além disso, a escola deve acolher as juventudes e permitir aos estudantes:

conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e

respeitando os demais; combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença; valorizar sua participação política e social e a dos outros, respeitando as liberdades civis garantidas no estado democrático de direito; e construir projetos pessoais e coletivos baseados na liberdade, na justiça social, na solidariedade, na cooperação e na sustentabilidade. (BNCC, 2017, p.466 e 467)

Tais propósitos visam a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária. Apesar disso, o que temos presenciado na educação é um cenário que não valoriza localidades e manifestações autônomas de cada escola. Pelo contrário, buscam uma padronização e eliminação das diversidades através de um modelo de currículo que homogeneiza. O mesmo acontece com a diversidade sexual e de gênero. Com um modelo que valoriza padrões cisheteronormativos, tanto o PNE quanto a BNCC tem intencionalmente silenciado o debate sobre gênero, vale ressaltar, uma questão de Direitos Humanos.

Essa nova configuração da BNCC desumaniza o trabalho docente não só pela retirada de sua autonomia, mas também pela responsabilização do mesmo acerca do sucesso ou fracasso do processo educativo. Além disso, o esquema de bonificação dos docentes é calculado com base nessas avaliações em larga escala e precarização do trabalho docente na medida em que não se tem política de valorização salarial, plano de carreira, etc. Várias redes não têm oferecido concurso público com a frequência necessária e o número de professores contratados no início de cada ano é altíssimo, assim como a demissão destes no fim do ano letivo. Oliveira (2004) classifica esse fenômeno como “desprofissionalização do trabalho docente” já que, para ela:

A expansão da educação básica realizada dessa forma sobrecarregará em grande medida os professores. Essas reformas acabarão por determinar uma reestruturação do trabalho docente, resultante da combinação de diferentes fatores que se farão presentes na gestão e na organização do trabalho escolar, tendo como corolário maior responsabilização dos professores e maior envolvimento da comunidade (OLIVEIRA, 2004, p. 1131).

A nova BNCC está alinhada ao que pode ser classificado como um projeto neoliberal de educação, não só porque à época houve um conglomerado de grandes empresas privadas interessadas e envolvidas nas discussões, mas que, uma vez

aprovada, ela passa a ser usada como documento norteador do trabalho escolar. Esse trabalho é submetido a constantes avaliações em larga escala que contribuem para um esquema de ranqueamento das escolas. Essas avaliações são pautadas na BNCC que embora apresente que 40% do seu currículo pode ser flexibilizado, na prática, as avaliações se dão sobre os outros 60%. A BNCC não contribui com essa reforma empresarial apenas através de avaliações. A Formação inicial e continuada dos professores também se organiza agora em função dela, os livros didáticos igualmente. Estes, por sua vez, passam agora a incorporar com naturalidade os códigos alfa numéricos em suas páginas.

Como dito anteriormente, a BNCC se apresentou como uma estratégia de meta do Plano Nacional de Educação (PNE) e não como meta em si. O PNE (2014) trouxe como meta 7 o fomento à da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir determinadas médias nacionais para o Ideb, e trouxe como uma das estratégias:

7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local; (PNE, 2014)

Apesar de ser uma estratégia de uma meta, o que se percebe é que uma série de políticas públicas ligadas à educação estão agora atravessadas pela Base. O foco principal é dado à BNCC (estratégia de meta) e não à “Valorização dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica” (meta), por exemplo.

Quando fala sobre as competências gerais da educação, a BNCC traz a seguinte afirmação:

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.(BRASIL, 2017, p. 10)

Embora faça tais afirmações, não faz referência às questões de gênero, que foram excluídas do debate antes mesmo da discussão sobre a BNCC, por influência da fake news sobre kit gay e da pressão que os grupos conservadores conseguiram fazer. O mesmo aconteceu no que tange a sugestão de vários temas a serem trabalhados pelas redes de ensino.

A BNCC dá autonomia aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas para incluir temas contemporâneos que afetam a vida humana de modo geral, aos currículos e às propostas pedagógicas e sugere que isso seja feito preferencialmente de forma transversal e integradora (BNCC 2017). O documento sugere alguns temas para serem trabalhados, como por exemplo:

direitos da criança e do adolescente (Lei no 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei no 9.503/199717), educação ambiental (Lei no 9.795/1999, Parecer CNE/CP no 14/2012 e Resolução CNE/CP no 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei no 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei no 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto no 7.037/2009, Parecer CNE/CP no 8/2012 e Resolução CNE/CP no 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis no 10.639/2003 e 11.645/2008, parecer CNE/CP no 3/2004 e Resolução CNE/CP no 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação nanceira e scal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB no 11/2010 e Resolução CNE/CEB no 7/201023) (BNCC, 2017, p. 19 e 20)

O que se percebe é que também aqui a temática de educação sexual e gênero não está contemplada diretamente apesar de estar legalmente amparada na discussão que envolve Direitos Humanos. Entendemos que o fato dessa temática não estar contemplada em habilidades dos componentes curriculares corrobora com uma visão conservadora de educação.

O documento afirma:

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. (BRASIL, 2017, p.15)

Ao citar algumas das desigualdades presentes na sociedade brasileira, fala em desigualdade pelo sexo, mas não em gênero, o que demonstra o alinhamento ideológico

do documento. Ao excluir da escola o debate sobre gênero e sexualidade, a BNCC desconsidera que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas também social e política (LOURO, 2019, p.11). Desconsidera também que a sexualidade é construída ao longo de toda a vida, não é um dado apenas biológico e natural como supõe quem compreende as relações a partir da cisheteronormatividade pautada em valores de uma moral religiosa.

Admitimos que a sexualidade envolve rituais, linguagens, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é - ou não - natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros - feminino ou masculino - nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. (LOURO, 2019, p. 12)

A discussão sobre gênero e sexualidade de um ponto de vista não biológico poderia ser tratado na escola na disciplina de sociologia, no entanto, há um esvaziamento das possibilidades de desenvolvimento de um currículo escolar que desenvolva no aluno aquilo que a disciplina de sociologia se propõe: a desnaturalização, o olhar sociológico sobre as questões políticas e sociais, a compreensão da cultura entendendo as múltiplas diversidades. Embora a BNCC cite a disciplina de sociologia ao afirmar que área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio "propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos" (BRASIL, 2017, p. 472) e afirma ainda que é nessa etapa que os estudantes, já possuem algumas experiências como cidadãos e que portanto o Ensino médio deve "estimular uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana" (BRASIL, 2017, p. 472). Entretanto, o número de aulas dedicadas à Sociologia continua pouco. A rede estadual do Espírito Santo, por exemplo, retirou, em 2021, a única aula de Sociologia que tinha na terceira série do ensino médio regular. Conta agora com apenas uma aula na primeira série e uma segunda. Isso certamente compromete o trabalho do docente da área, bem como a

contribuição na formação de um cidadão crítico e reflexivo e compromete ainda a possibilidade de trabalhar com afinco as questões de gênero nessa disciplina.

Deve-se mencionar ainda, a importância de que se invista em formação inicial e continuada aos professores e professoras para que se sintam preparados para estimular essa leitura crítica de mundo e tenham maior conhecimento teórico-científico para, assumindo seu direito de cátedra, sentirem-se bem preparados para lidarem com as questões de diversidade sexual e de gênero no cotidiano escolar, contribuindo assim para um Brasil menos LGBTQIA+fóbico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de Brasil é falar de um país que tem a violência como traço marcador da sua história (SCHWARCZ,2019; CARNEIRO, 1995; GONZALEZ, 1988; NASCIMENTO, 2016). Colonizado de modo violento, usou a violência como combustível para seu "desenvolvimento" econômico ao escravizar e violentar pessoas negras e indígenas. Ledo engano achar que essa violência reteve-se a um passado longínquo. Ela tem raízes amargas e frutos dolorosos que colocam negros entre a maioria da população pobre, maioria da população carcerária, dos analfabetos, etc. Que colocam as mulheres como vítimas constantes de violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Um país que é estereotipado pelo afeto, por ser um povo caloroso e marcado pela cordialidade é na verdade um país extremamente violento e que mata suas mulheres, sobretudo as mulheres negras como mostra o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020) que nos apresenta o dado de que em 2019, 66,6% das vítimas de feminicídio no Brasil eram negras. É também um país extremamente homofóbico, o que revela a maior vulnerabilidade dessa parte da população.

Entendemos que o Brasil tem uma democracia muito jovem e que esta está em crise nos últimos tempos. Para nós, os ataques aos movimentos feministas e de gênero relacionam-se a isso e ao conseqüente avanço do conservadorismo no Brasil. Compreendemos que tal situação não é exclusividade do Brasil, mas aqui, encontram um terreno fértil para se reproduzirem, já que nosso passado violento e patriarcal ainda é muito presente. É parte de uma democracia forte e mais consolidada pensar os direitos humanos e com ele as relações de gênero, além da importância de incluir tal debate na

escola, o que vimos que não acontecerá no Brasil ao menos nos próximos anos, já que o principal documento para nortear a educação foi aprovado a partir de uma disputa de poder que envolveu fake news e discursos embasados em dogmas religiosos. Nada menos democrático que um debate sobre um importante documento que pautará inúmeras políticas públicas na área da educação não se pautar na laicidade, na igualdade, pensando nas inúmeras diversidades, visando a liberdade e uma democracia mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANPED; ABdC, **Ofício n.º 01/2015**, Rio de Janeiro, RJ: 9 de novembro de 2015. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Nova composição da Câmara ainda tem descompasso em relação ao perfil da população brasileira**. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550900-nova-composicao-da-camara-ainda-tem-descompasso-em-relacao-ao-perfil-da-populacao-brasileira/> Acesso em: 01 Jun. 2021.

BRASIL, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de Segurança Pública 2020**. Disponível em: pública. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf> Acesso em 03 Jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Lei 13.005/2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em 05 Abr. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 05 Abr. 2021.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. IN: **Estudos Feministas**, ano 3, 2ª semestre, 1995, pp. 544-552

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, no.92/93, 1988.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2020**. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> > Acesso em 01/06/2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. Rev. psicol. polít. [online]. 2018, vol.18, n.43, pp. 449-502.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução: Renato Aguiar. 1 ed. São Paulo: Zahar, 2018 (LIVRO DIGITAL) 364 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis, Vozes, 2003.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias De Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva SA, 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A reestruturação do trabalho docente**: precarização e flexibilização. Educação e Sociedade. Campinas, vol.25, n89, p. 1127-1144, Set/Dez. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Reemancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIANNA, Cláudia. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

VIANNA, Cláudia e BORTOLINI, Alexandre. As agendas feministas, LGBT e antigênero em disputa nos Planos Estaduais de Educação (2014-2018) in VIANNA, Cláudia e CARVALHO, Marília (org). **Gênero e educação**: 20 anos construindo conhecimento. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.